

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Ab Tribuna (S.P.)

Class.: Política Indig. Oficial

Data: 10 de julho de 1981

Pg.: 480

Antropóloga critica a situação dos índios 90

SALVADOR - "Nunca se viu neste País um momento tão sombrio na política indigenista. Uma política omissa e irresponsável que não elege como prioridade o índio, assim como tenta desmoralizar as lideranças indígenas combativas para impedir as discussões realmente importantes. Do mesmo modo, os antropólogos tem seu trabalho prejudicado, com o constante impedimento destes profissionais quando pretendem entrar nas aldeias indígenas". Estas denúncias foram feitas pela antropóloga Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, da UFBA, durante a mesa redonda sobre "política indigenista oficial", realizada ontem pela manhã, no primeiro dia da 33ª Reunião da SBPC.

O representante da Fundação Nacional do Índio, Carlos Moreira Neto, não compareceu à mesa, assim como o coordenador e antropólogo Pedro Agostinho da Silva. As discussões foram desenvolvidas com a participação do presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Terena e Antônio Carlos Magalhães, antropólogo, do Museu Goeldi, de Belém do Pará, além de alguns índios Carajás, Bororós e Terenas.

O presidente da União das Nações Indígenas, Marcos Terena, foi o primeiro a falar, fazendo um resumo da política indigenista desde o tempo do marechal Rondon, quando a comunidade indígena era de 5 milhões de pessoas. "Hoje, estamos reduzidos a cinco mil e não podemos, por isso, deixar que se transforme o índio, da noite para o dia, em católico, protestante, positivista ou em qualquer outro crente, e tão pouco fazê-lo trabalhador sistemático, violentando a sua organização mental - seria a escravidão oficial", afirmou Marcos Terena.

Para Terena, o problema indígena não deve ser encarado como um "problema econômico". Apesar de o homem branco estar voltado para a produtividade, só pensar em lucro e ver o índio brasileiro como elemento oneroso, Terena acredita que o indígena deve participar da sociedade e ser ouvido em igualdade de condições com os brancos e negros. "Não queremos ser uma nação autônoma dentro do Brasil, embora étnica e culturalmente sejamos diferentes".

Denúncias sobre a demarcação de terras indígenas foram feitas pelo antropólogo Antônio Carlos Magalhães, que fez um rápido resumo da política indigenista oficial do estado do Pará. Segundo ele, até 1979, a política da 2ª Delegacia Regional da Funai naquele estado era meramente assistencialista e "corrupta", já que explorava a mão de obra indígena na cultura da castanha do Pará. "Uma nova fase começou com a mudança de chefia há dois anos, com a tentativa de ação conjunta entre a Funai e as Associações e grupos de apoio ao índio", diz ele, criticando o despreparo dos profissionais que trabalham naquela delegacia: "não conhecem a realidade indígena e a situação da população local".

De acordo com Antônio Carlos Magalhães, um dos casos mais gritantes de ocupação de terras indígenas aconteceu com os Tembê, no município de Ourém, "em 1943 esta tribo tinha 400 mil hectares de terra, onde viviam quatro grupos indígenas. Hoje, com grande parte da população miscigenada com caboclos, sofreu uma série de invasões e teve suas terras reduzidas a 30 mil hectares", disse o antropólogo.

VIOLÊNCIA

"O que está havendo no Brasil, na verdade, é a dramatização da violência", afirmou, ontem, o cientista social Rubem George Oliven, estranhando que a abordagem da questão esteja restrita aos centros urbanos, não se incluindo na categoria "violência" os conflitos pela posse da terra, a fome, os acidentes de trabalho e as relações da polícia com o jogo.

Segundo Rubem Oliven, que participou do simpósio "Violência e a Cidade", na 33ª Reunião Anual da SBPC, há uma coincidência entre o debate sobre a violência e a abertura política e a crise econômica, contudo, salientou, nos 200 assaltos a bancos registrados no Brasil em 1980, os autores obtiveram menos de Cr\$ 300 milhões, "quantia 20 vezes inferior à obtida pelos golpes no mercado financeiro" entre dezembro e janeiro últimos.

Na opinião do cientista social os "marginais" brasileiros são "o bode expiatório" e uma "figura" criada "para exorcizar os fantasmas da classe média assustada com a inflação, o desemprego, a perda de "status" e a queda do seu poder aquisitivo". Justamente por isso, acrescentou, a "violência urbana" foi alçada a uma posição de "questão nacional".

Disse Rubem Oliven que é preciso distinguir no Brasil as diversas formas de violência. O trânsito, segundo ele, matou muito mais no Rio de Janeiro que os assaltos. Da mesma forma são os acidentes de trabalho, que o País é recordista mundial, conforme assinalou. Outro aspecto abordado pelo cientista social é que "os efeitos da violência policial tendem a superar os efeitos da criminalidade".